CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Operação contra produtora do ‘Dark Horse’ pode atingir mais quatro empresas

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Brasil 247
Data de publicação	02/06/2026 04:00
URL original	https://www.brasil247.com/brasil/operacao-contra-produtora-do-dark-horse-pode-atingir-mais-quatro-empresas/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Ricardo Nunes, Eduardo Bolsonaro
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Banco Master, Google
Data da coleta	29/09/2026 10:18
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 23:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Os documentos foram atribuídos à Complexsys Soluções Integradas, localizada na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e à JR Feijão, sediada no Ceará.

• Apesar de a empresa cearense ter sido citada no inquérito, a Polícia Civil pediu autorização de busca e apreensão apenas na Complexsys.

• Segundo dados da Transparência da Câmara dos Deputados citados na reportagem, a Complexsys recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre setembro de 2024 e abril deste ano.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

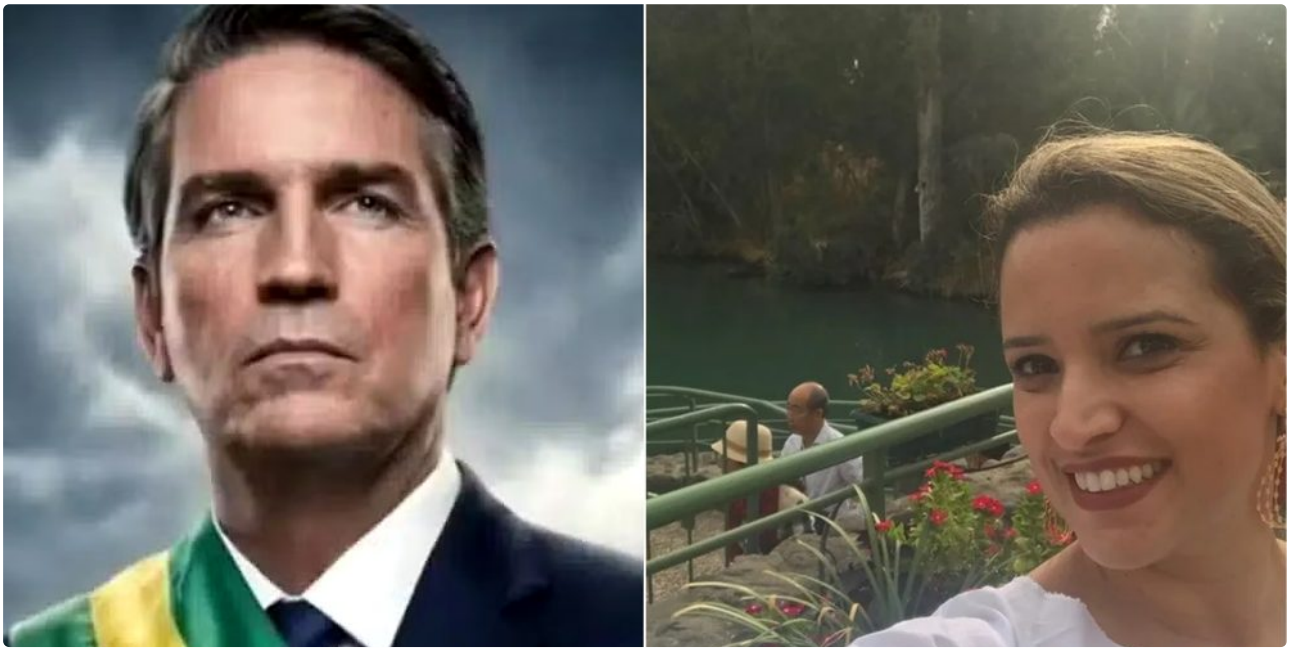


Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

247 – A Polícia Civil ampliou a apuração sobre notas frias em contrato ligado a filme de Bolsonaro e passou a mirar empresas relacionadas ao Instituto Conhecer Brasil, o ICB, no inquérito que investiga se recursos da Prefeitura de São Paulo foram usados indevidamente na produção de Dark Horse, obra sobre Jair Bolsonaro. A apuração mira o ICB, presidido por Karina Ferreira da Gama, dona da Go UP Entertainment, produtora que assina Dark Horse.

247 – A Polícia Civil ampliou a apuração sobre notas frias em contrato ligado a filme de Bolsonaro e passou a mirar empresas relacionadas ao Instituto Conhecer Brasil, o ICB, no inquérito que investiga se recursos da Prefeitura de São Paulo foram usados indevidamente na produção de Dark Horse, obra sobre Jair Bolsonaro.

De acordo com reportagem do jornal a Folha de S.Paulo, além de endereços ligados à produtora do filme e de gabinetes da Prefeitura de São Paulo, a operação realizada nesta segunda-feira (1º), cumpriu mandados de busca e apreensão em quatro empresas que, segundo a investigação, podem ter relação com suspeitas de desvio de verba pública.

A apuração mira o ICB, presidido por Karina Ferreira da Gama, dona da Go UP Entertainment, produtora que assina Dark Horse. Segundo o inquérito, a polícia investiga se o instituto utilizou faturas e notas fiscais consideradas frias para justificar despesas custeadas pela prefeitura.

A Polícia Civil afirma haver “indícios de desvio de finalidade e confusão patrimonial” entre o instituto, uma organização social, e a produtora responsável pelo filme sobre Bolsonaro.

Faturas de R$ 8,5 milhões entram na mira

Entre os documentos analisados, quatro faturas chamaram a atenção dos investigadores. Elas somam R$ 8,5 milhões e foram emitidas pela Make One Lab, empresa de tecnologia instalada no Alto da Lapa, zona oeste da capital paulista.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Na decisão judicial que autorizou a operação, a investigação apontou que as faturas estavam “sem emissão das respectivas notas fiscais ou recolhimento tributário correspondente”. O documento também destacou que as faturas tinham numeração sequencial, mesma data de emissão e vencimento e valores fracionados, o que, segundo a polícia, sugere “possível montagem documental para justificar saídas ilícitas de recursos financeiros”.

O jornal informou que procurou a Make One Lab por telefone. A atendente anotou os contatos da reportagem, mas a empresa não apresentou posicionamento até a publicação da reportagem original.

Notas canceladas também são investigadas

Outra frente considerada suspeita pela Polícia Civil envolve notas fiscais que, segundo o inquérito, haviam sido canceladas pelas empresas emissoras. Os documentos foram atribuídos à Complexsys Soluções Integradas, localizada na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e à JR Feijão, sediada no Ceará.

As notas somavam R$ 2,4 milhões. No caso da empresa paulistana, os documentos teriam sido cancelados no mesmo dia da emissão, mas ainda assim usados pelo ICB na prestação de contas do contrato com a Prefeitura de São Paulo.

A reportagem da Folha tentou contato com as duas empresas pelos telefones registrados em seus cadastros na Receita Federal, mas não obteve sucesso. Apesar de a empresa cearense ter sido citada no inquérito, a Polícia Civil pediu autorização de busca e apreensão apenas na Complexsys.

Relação com Mário Frias aparece na apuração

A Folha afirma que a expansão dos negócios de Karina Ferreira da Gama ocorreu depois que ela conheceu o deputado federal Mário Frias, do PL de São Paulo. Frias foi secretário da Cultura no governo Bolsonaro e também assina a produção de Dark Horse.

Segundo dados da Transparência da Câmara dos Deputados citados na reportagem, a Complexsys recebeu R$ 154 mil do gabinete de Frias entre setembro de 2024 e abril deste ano. Os pagamentos foram relacionados a serviços de apoio à manutenção de escritório parlamentar.

Frias não respondeu à Folha sobre a expansão dos negócios de Gama desde que ela conheceu o parlamentar. A empresária também foi procurada para comentar a operação policial, mas sua assessoria não respondeu.

Contrato de wi-fi custou R$ 108 milhões

O contrato investigado pela Polícia Civil envolve a instalação de pontos de wi-fi na cidade de São Paulo. Segundo o inquérito, o ICB não prestou diretamente o serviço previsto no acordo com a prefeitura. O instituto teria atuado como intermediário na contratação de duas empresas de tecnologia responsáveis pela execução do serviço.

As empresas Urban Connect, localizada no Jardim Paulista, e Ultra IP, em Guaianases, também tiveram buscas e apreensões autorizadas pela Justiça.

A Folha informou que não conseguiu contato com a Urban Connect. O telefone disponível seria o próprio canal de atendimento do serviço de internet da prefeitura. A Ultra IP foi procurada pelo WhatsApp, e uma atendente informou que a empresa retornaria, o que não ocorreu até a publicação da reportagem original.

A Polícia Civil sustenta que o contrato foi fechado por valor acima do praticado no mercado. Cada ponto de wi-fi contratado por meio do instituto custou R$ 1.800. Segundo a corporação, a Prodam, empresa

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

pública de tecnologia da Prefeitura de São Paulo, presta serviço idêntico por R$ 230 de implantação por ponto e R$ 306 de manutenção mensal.

Prefeitura nega irregularidades

De acordo com o inquérito policial, parte dos pagamentos feitos ao ICB para fornecimento de wi-fi teria ocorrido sem que o serviço tivesse sido prestado. A Prefeitura de São Paulo nega a acusação.

A gestão Ricardo Nunes, do MDB, afirma que, dos 3.200 pontos contratados, apenas 52 estavam fora do ar nesta segunda-feira, em manutenção. A prefeitura também sustenta que a contratação do instituto seguiu os princípios da legalidade, da transparência e da economicidade.

A gestão municipal afirmou ainda que o chamamento público ocorreu em 2024, quando "não havia sequer produção do filme mencionado". Segundo a prefeitura, não foram encontradas irregularidades.

Ao comentar a operação, Nunes disse que a administração municipal havia repassado todas as informações solicitadas pela Polícia Civil ao longo da investigação. O prefeito também afirmou haver perseguição política.

A Polícia Civil é vinculada à gestão Tarcísio de Freitas, do Republicanos, aliado de Nunes e da família Bolsonaro. No pedido de autorização para as buscas, a autoridade policial afirmou que a gestão municipal não respondeu a um ofício que solicitava cópia integral do procedimento administrativo e da prestação de contas do contrato com o ICB.

Segundo a polícia, o contrato teve custo de R$ 108 milhões.

Filme recebeu R$ 61 milhões de Daniel Vorcaro

A produção de Dark Horse também aparece em outra frente de investigação. Para viabilizar o filme, o senador Flávio Bolsonaro, do PL do Rio de Janeiro, pré-candidato à Presidência, pediu ajuda a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

Vorcaro, que foi preso em investigações de fraude bancária, repassou R$ 61 milhões ao filme. O banqueiro nega as acusações de fraude ligadas ao banco.

Além do inquérito da Polícia Civil sobre possível desvio de recursos da Prefeitura de São Paulo para a produção de Dark Horse, a Polícia Federal investiga se recursos do filme, gravado no Brasil e produzido também nos Estados Unidos, foram usados para custear despesas do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro, do PL de São Paulo.

Flávio Bolsonaro afirma que a produção tem "zero recursos públicos". Eduardo Bolsonaro nega ter recebido valores destinados à produção do filme.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Dark Horse

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Fonte original: https://www.brasil247.com/brasil/operacao-contra-produtora-do-dark-horse-pode-atingir-mais-quatro-empresas/ · Coletado em 29/09/2026 10:18 · Gerado em 29/11/2026 01:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.